



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS

RECEBIDO

06/10/2020

Processo Legislativo nº 65/2020

Projeto de Lei do Executivo nº 2.435 de 17 de setembro de 2020

Parecer jurídico nº: 71/2020- AJ

O projeto de Lei nº 2.435 de 17 de setembro de 2020 de autoria do Poder Executivo onde busca a autorização do Poder Legislativo para alterar a Lei 2.394 de 16 de setembro de 2020 alterando o artigo 1º tendo em vista que houve falta de elemento necessário para a abertura efetiva do crédito especial por arrecadação maior no orçamento do exercício de 2020, no valor de R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), os quais serão utilizados na secretaria de turismo, desporto, cultura e lazer na infraestrutura do campo municipal de Arroio Canoas/Copacabana.

A Lei Orgânica Municipal determina em seu artigo 42 inciso V que:

Art. 42 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

V – autorizar abertura de créditos suplementares e especiais; e deliberar sobre créditos extraordinários abertos pelo Executivo;

Assim, a Câmara possui competência para autorizar a abertura de créditos especial por arrecadação especial maior no orçamento de 2020 e alteração de artigo de existente que trata da abertura de crédito, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de Lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, **OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo**, tendo em vista que estão de acordo a previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orgânica Municipal, estando apto a ser analisado pelo Nobres Vereadores da Comissão Geral de Pareceres para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão, 28 de setembro de 2020.

Adriana Furlanetto - OAB/RS 53.650 - ID 883